

O RACISMO COTIDIANO: UM CASO DE PESQUISA ETNOGRÁFICA NA CIBERCULTURA

Maristela Midlej Araujo Veloso¹

Edmea Oliveira dos Santos²

Kathia Marise Borges Sales³

Resumo

O artigo apresenta um estudo de pesquisa etnográfica na cibercultura sobre um caso de racismo com grande repercussão nas mídias, etnografando rastros deixados pelas praticantes culturais em diferentes *espaçostempos online*. Toma como inspiração a abordagem multirreferencial de pesquisa para a descrição e análise dos fatos, desenvolvendo uma discussão sobre a pesquisa etnográfica *online* na cibercultura, as redes educativas e os espaços multirreferenciais, como opção metodológica e campo de pesquisa. Problematisa o racismo cotidiano a partir das noções subsunçoras, achados que se revelaram no percurso da pesquisa: a supremacia branca e o colonialismo e o privilégio das pessoas brancas. Aponta propostas e caminhos possíveis por uma luta antirracista reconhecendo a educação como campo central da luta, na qual a opção pela neutralidade não existe. Entre as considerações possíveis, destaca a necessidade da constituição de uma nova episteme que paute os currículos e os processos formativos, destacando ainda o papel crucial dos processos formativos de professores/pesquisadores para a implementação/fortalecimento de uma educação antirracista.

Palavras-chave: racismo; pesquisa etnográfica; cibercultura; educação antirracista.

¹ Pós-doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (em andamento). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Docente da Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas tecnologias da Universidade Federal do Sul da Bahia. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6386-1583>

² Professora Titular-Livre da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PQ do CNPQ. Atua no Instituto de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC). Pós-doutora em e-learning e EAD pela Universidade Aberta de Portugal - UAB-PT. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia -UFBA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4978-9818>

³ Doutora em Difusão do Conhecimento
Professora Titular do DCHT XIX - Camaçari
Docente do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação - GESTEC/UNEB

Docente do Programa de Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão Conhecimento - DMMDC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0584-4996>

Abstract

The article presents a study of ethnographic research in cyberculture on a case of racism with great repercussion in the media, ethnography traces left by cultural practitioners in different online spaces and times. It takes as inspiration the multi-referential research approach for the description and analysis of the facts, developing a discussion about online ethnographic research in cyberculture, educational networks and multi-referential spaces, as a methodological option and field of research. It problematizes everyday racism based on subsuming notions, findings that were revealed in the course of the research: white supremacy and colonialismo and the privilege of white people. It points out proposals and possible paths for an anti-racist struggle, recognizing education as the central field of the struggle, in which the option for neutrality does not exist. Among the possible considerations, it highlights the need for the constitution of a new episteme that guides the curricula and the training processes, also highlighting the crucial role of the training processes of teachers/researchers for the implementation/strengthening of an anti-racist education.

Keywords: racism; ethnographic research; cyberculture; anti-racist education.

RACISMO COTIDIANO: UN CASO DE INVESTIGACIÓN ETNOGRÁFICA EN CIBERCULTURA

Resumen

El artículo presenta un estudio de investigación etnográfica en cibercultura sobre un caso de racismo con gran repercusión en los medios, huellas etnográficas dejadas por practicantes culturales en diferentes espacios y tiempos en línea. Toma como inspiración el enfoque de investigación multirreferencial para la descripción y análisis de los hechos, desarrollando una discusión sobre la investigación etnográfica en línea en cibercultura, redes educativas y espacios multirreferenciales, como opción metodológica y campo de investigación. Problematisa el racismo cotidiano a partir de la subsunción de nociones, hallazgos que se revelaron en el transcurso de la investigación: supremacía blanca y colonialismo y el privilegio de los blancos. Señala propuestas y caminos posibles para una lucha antirracista, reconociendo la educación como el campo central de la lucha, en el que no existe la opción por la neutralidad. Entre las posibles consideraciones, destaca la necesidad de la constitución de un nuevo episteme que oriente los currículos y los procesos de formación, destacando también el papel crucial de los procesos de formación

Palabras clave: racismo; investigación etnográfica; cibercultura; educación antirracista.

INTRODUÇÃO

Em pleno 2022 ainda vivemos um enfrentamento cotidiano, pois os discursos de ódio e os crimes racistas fazem parte do cotidiano, seja em espaços físicos ou no ciberespaço. Como pesquisadoras da/na e com a cibercultura, estamos acompanhando seus fenômenos, inicialmente para compreendê-los e, conseqüentemente, buscar inspirações para nossas práticas de pesquisa-formação. Neste texto, discutiremos um caso de racismo (sofrido por uma família de atores brasileiros famosos) que aconteceu num contexto presencial e que repercutiu no ciberespaço, viralizando em diferentes e plurais redes educativas e espaços multirreferenciais de aprendizagem *dentrofora*⁴ da internet, como canais de TV, perfis de redes sociais, jornais *online* de grande circulação, entre outros. O artigo tem como objetivo compreender o caso em si e revelar o potencial educacional e comunicacional das redes na relação entre os territórios físicos, informacionais e simbólicos próprios do nosso tempo.

Para tal, etnografamos alguns rastros deixados pelos praticantes culturais em diferentes *espaçostempos online*, considerando-os, a partir da ótica de Fernanda Bruno, como as pegadas que as pessoas deixam nas suas redes sociais “em que toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões, etc.” (BRUNO,2012,p.684).

Para a descrição e análise dos fatos, tomamos como inspiração a abordagem multirreferencial de pesquisa, que “busca dialogar com uma pluralidade heterogênea de saberes e referências” (SANTOS,2022,p.99), bricolando com a etnografia *online* (RIFIOTIS,2016;SEGATA,2016;2020). Assim,

4 Estética de escrita proposta por Nilda Alves (2008). Para ela, “a junção dos termos e sua inversão, em alguns casos, quanto ao modo como são ‘normalmente’ enunciados, nos pareceu, há algum tempo, a forma de mostrar os limites para as pesquisas nos/dos/com os cotidianos, do modo dicotomizado criado pela ciência moderna para analisar a sociedade” (p. 11).

apresentamos narrativas, imagens e sons de diferentes sujeitos (anônimos e famosos) disponíveis no ciberespaço, principalmente falas que circularam na rede social Instagram. Para tanto, organizamos o texto da seguinte forma: nesta primeira seção, apresentamos o contexto, nossos objetivos e os desdobramentos do artigo em seções. Na segunda seção, fazemos uma discussão sobre a pesquisa etnográfica *online* na cibercultura, as redes educativas e os espaços multirreferenciais como opção metodológica e campo de pesquisa; na terceira seção, discorremos sobre os fundamentos do racismo cotidiano; na quarta seção, apresentamos as noções subsunçoras, achados que se revelaram no percurso da pesquisa, dialogando com as ideias de autoras/autores estudiosos das temáticas emergentes; e na quinta e última seção, apontamos alguns caminhos para a luta antirracista, considerando as redes sociais como *espaçotempos* de interatividade/conversa/debates.

A PESQUISA ETNOGRÁFICA NA CIBERCULTURA E AS REDES EDUCATIVAS

De acordo a definição de Santos (2014), a cibercultura é a cultura contemporânea mediada pelas tecnologias digitais em rede, principalmente no estágio atual, com as possibilidades das tecnologias móveis, da ubiquidade e da linguagem hipermídia, própria da internet. O ciberespaço, como uma incubadora de mídias, suportes, interfaces e linguagens para compartilhamento de conteúdo e interatividade, permite a formação de “redes educativas”, conforme proposto por Alves (2010).

Para a referida autora, a existência de múltiplas redes, em contextos diferenciados, nos proporciona complexas compreensões do mundo, dos seres humanos e das ações desenvolvidas pelos sujeitos. Tais ações podem acontecer no ambiente profissional, no ambiente familiar e tantos outros diferentes espaçotempos, redes educativas que “precisam ser compreendidas em suas particularidades, ao mesmo tempo que devem ser vistas nas múltiplas relações que estabelecem umas com as outras” (ALVES,2010,p.54), considerando-se nessas ambiências emergentes como os seres humanos se formam mutuamente. Ampliando essa concepção de Alves para pensar as redes educativas que se

formam nos ambientes *online*, Santos (2012) entende que essas redes são também

[...]modos de pensamento, uma vez que a construção do conhecimento é tecida em rede, a partir das aprendizagens construídas pela apropriação dos diversos artefatos culturais, tecnologias, interações sociais, entre outros. Aprendemos porque nos comunicamos, fazemos cultura e produzimos sentidos, significados e significações também em rede. Enfim, significamos, com nossas redes intrapsicológicas, em interação constante com nossas múltiplas redes interpsicológicas, condicionadas pela cultura em suas multifacetadas relações (SANTOS,2012,p.35-36)

O sociólogo e estudioso da cibercultura e as novas formas de sociabilidade André Lemos aponta três leis dessa cultura que nos permitem a análise de vários aspectos da sociedade contemporânea. A primeira lei emerge da liberação da palavra em redes telemáticas: é da conexão e da conversação mundial (LEMOS, 2003) ou da inteligência coletiva (LEMOS e LÉVY,2010). A segunda lei da cibercultura apontada por Lemos (2003) - a da conectividade generalizada - estabelece que tudo está em/na rede, intensificado na era da mobilidade e da ubiquidade. A terceira lei diz respeito à reconfiguração social, cultural e política, possibilitada pela digitalização e pela convergência das mídias, potencializando os usos multimidiáticos da rede. Apropriando-se dessas possibilidades, diversas manifestações socioculturais se proliferam através da circulação virótica da informação em diferentes ambientes *online*.

Nesse sentido, em se tratando de pesquisa etnográfica, assim como se mergulha com todos os sentidos nos espaços e contextos físicos (ALVES,2008), para pesquisar nos ambientes virtuais - considerados como espaços multirreferenciais de aprendizagem (BURNHAM,2000;SANTOS,2011a;2011b),é preciso também um mergulho envolvendo“[...]as vivências da imersão, habitando o ciberespaço[...],vivenciando usos táticos das tecnologias digitais em rede, para com estas compreendermos os processos educacionais, formativos e de pesquisa na cibercultura” (SANTOS,2012,p.2). Nessa perspectiva, concordamos com Segata (2020), para quem a etnografia não se limita a fazer coleta de dados sem experiências localizadas e compartilhadas.

Foi com esta compreensão que, durante todo o processo da pesquisa do caso relatado neste texto, estávamos imersas *online*, por onde circulamos e habitamos, assim como os praticantes culturais com cujos rastros interagimos. Ao seguir esses rastros, vamos nos conectando, criando uma rede de sentidos e significações a partir de nossos interesses de pesquisa, e assim, como nos diz Segata (2016):

Ao partir de um ponto qualquer até outro, formamos uma conexão e de conexão em conexão construímos uma rede - a escolha dos pontos (ou do que é um ponto para conectar) são decisões que se faz num jogo sutil entre imaginação teórica e elementos que sejam empiricamente relevantes. Nesse sentido, as redes são como rastros - eu olho para trás e vejo os rastros - e digo que é uma rede, mas esqueço que são meus rastros formando conexões a partir de pontos que decidi seguir por razões teóricas ou nativas - ela nunca “está lá” em si. A rede não é um dado, é um resultado (p.108).

Nesse contexto, como aponta Rifiotis (2016,p.93), “a etnografia no ciberespaço seria antes de tudo uma operação cujo objetivo é rastrear a formação de redes”. Mas, para além de rastrear as redes, conforme chama a atenção Segata (2013,p.143), a partir das ideias de Bruno Latour (2008), “mesmo que existam redes, o que importa é que, pelo menos a partir da Teoria Ator-Rede, elas não são o objeto de análise. A análise deve recair nos efeitos ou transformações entre elementos associados nisso que chamamos de redes”. Ou seja, a rede “se torna um modo de ver essa produção de efeitos na possibilidade que ela dá de rastrear e descrever associações entre humanos e não humanos”. O método, conforme Segata (2013), consiste em ver como os elementos das redes que são inventadas/criadas se associam e causam determinados efeitos.

Dessa forma, conforme a perspectiva epistemológica adotada neste trabalho, para as investigações nos ambientes optamos pela etnografia na cibercultura. E, com a evolução das tecnologias digitais em rede e seus atravessamentos, interstícios e hibridação com os territórios físicos (por isso falamos sempre em *cidadeciberespaço*), com as potencialidades de interatividade, os conceitos de distância e presença são revistos, pois podemos

estar juntos, mesmo que dispersos geograficamente.

Durante o trabalho de campo, utilizamos um dispositivo de pesquisa - o (diário) jornal de pesquisa, conforme proposto por Veloso e Bonilla (2017), construído por uma das autoras deste artigo, em que foram postadas mensagens sobre o que estava acontecendo no caso estudado, junto com imagens conseguidas através do recurso *Print Screen*. Dessa forma, acompanhando o fluxo dos acontecimentos, fomos selecionando conversas que consideramos significativas para nossas reflexões, as quais serão analisadas no corpo deste artigo. Mas concordamos com Segata (2020) em que os *prints* dos episódios e o arquivamento dos registros não contam sozinhos as histórias.

[...] não parece adequado tratar a etnografia como uma tarefa de colecionamento de postagens e de comentários pinçados no feed e nos murais. Desde os Argonautas, de Malinowski, aos dias atuais, a etnografia passou por importantes transformações. A principal delas - além de um conjunto de trabalhos que denunciou a benevolência, a colonização de pensamento por meio da universalização de categorias geograficamente situadas na Europa branca - talvez seja a de que deixamos de considerar o trabalho de campo como uma coleta de dados para pensá-lo como um encontro - ou seja, a produção de uma experiência partilhada com conexões mais ou menos parciais de mundos, de conhecimentos (SEGATA, 2020, p.12).

Nessa direção, pela não obrigatoriedade da presença física no local da pesquisa, no ambiente *online* aumenta ainda mais a necessidade da interatividade, com seus campos de pesquisa na relação *cidadeciberespaço*. Assim, entre os diferentes dispositivos de pesquisa podemos citar a observação *online*, a interação dialógica, interatividade, entre pesquisador e internautas, conversas em rede nos canais síncronos e assíncronos das próprias interfaces, que já são híbridas. Por exemplo, num *post* numa rede social podemos questionar, deixar provocação, comentar conteúdo, dialogando com os praticantes, que ora são emissores, ora são receptores, em estado de bidirecionalidade/hibridação. Aqui, segundo Silva (2000;2022), numa relação de fato interativa, a mensagem é cocriada em tempo síncrono e assíncrono, não se sabendo inteiramente quem é o emissor e o receptor do contexto. No caso por nós analisado, observamos rodas de conversas *online*, participando com

nossas “curtidas” e comentários.

Para o estudo, foram utilizadas as narrativas dos sujeitos envolvidos diretamente no caso e outras de estudiosas, referências no tema em questão que se manifestaram nas redes sociais também. O contexto dos rastros por nós trabalhados foi bastante diverso.

O RACISMO COTIDIANO

Para iniciar essa discussão faz-se necessário antes de tudo refletir sobre o que seja racismo. Conforme define Silvio Almeida, o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos” (ALMEIDA,2020,p.32). Os atos discriminatórios têm caráter sistêmico, ou seja, é “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA,2020,p.34).

Silvio Almeida (2020) classifica em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Cada uma representa dimensões específicas do racismo. Em relação a individualista, o racismo seria um “fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio de aplicações de sanções civis” (ALMEIDA,2020,p.36). O autor, apesar de reforçar que o racismo é uma imoralidade e também crime, o que exige a penalidade daqueles que o praticam, chama a atenção para as limitações desse entendimento individualista, pois há o risco de admitir que determinados atos sejam considerados apenas preconceito, ressaltando a natureza psicológica, minimizando a natureza política e seus efeitos concretos. Sob esse olhar, desconsidera-se que os maiores males do racismo foram encobertos pelas leis, com o apoio moral de “homens do bem” e diversos líderes políticos, religiosos etc.

Em relação a concepção institucional, Almeida (2020,p.37-38) afirma que o racismo não se limita a comportamentos individuais, resulta do modus operandi das instituições “que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. Assim, a desigualdade racial em uma sociedade não é fruto de atos de indivíduos racistas isolados, mas de instituições que são homogeneizadas por grupos raciais que utilizam instrumentos institucionais de poder, como elemento central na relação racial, para dominar e tornar obrigatório seus interesses políticos e econômicos. Nesse caso, o controle acontece a partir de critérios discriminatórios baseados na raça, os quais servem para a manutenção da hegemonia do grupo racial de poder. Conforme nos mostra o referido autor, “isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (ALMEIDA,2020,p.40). As regras e padrões, originadas de homens brancos que exercem o domínio em instituições públicas e privadas, dificultam a ascensão de negros, ou quase a inexistência de espaços de debates sobre questões referentes as desigualdades raciais.

Almeida (2020,p.47) alerta que as instituições são racistas, porque a sociedade é racista, ou seja “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”. Explicando o que é o racismo estrutural, ele sintetiza dizendo:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. (ALMEIDA,2020,p.50).

Apesar do reconhecimento que o racismo se expressa concretamente no âmbito da desigualdade política, econômica e jurídica da sociedade, como parte de uma estrutura, “não retira a responsabilidade individual sobre a

prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas” (ALMEIDA,2020,p.51-52). Esse entendimento de que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos responsabiliza ainda mais por adoção de ações antirracistas. O antropólogo Munanga (2023,s.n), em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, afirma que o combate ao racismo estrutural depende de uma educação cidadã antirracista, sugerindo três caminhos possíveis: as leis, a educação antirracista e as ações afirmativas. Mesmo reconhecendo a existência das leis, afirma que elas “só atingem práticas racistas observáveis. Os preconceitos que são introjetados pela educação e estão na cabeça das pessoas, não. Só a educação pode atingir esse terreno”.

A busca por práticas antirracistas compõe a luta do combate ao racismo cotidiano. Para Grada Kilomba “o vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como “Outra/o” - a diferença contra a qual o sujeito branco é medido - mas também como “Outridade”(KILOMBA, 2019,p.78). Dessa forma, segundo ela quem é colocado como “outridade” personifica os aspectos reprimidos da sociedade branca, é o indesejado, o intruso, o perigoso, o violento, o sujo, o exótico, o selvagem e outras tantas formas de se expressar a discriminação. O que é posto nesse lugar está experienciando inevitavelmente o racismo, “a personificação daquilo que o sujeito branco não quer que seja reconhecido” e, portanto, é negado a esse “Outra/o” da branquitude o direito de existir em condição de igualdade (KILOMBA,2019,p.78). E ainda explica que:

O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém - no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (KILOMBA,2019,p.80).

Tal discurso de ódio fundamenta-se por uma infinidade de “pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características de gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou

classe”(TRINDADE,2022,p.17). Esses discursos podem acontecer em ambientes físicos ou online, manifestados verbalmente e/ou por escrito (de forma explícita ou implícita em mensagens de texto, vídeo e áudio), como tem ocorrido com frequência nas redes sociais.

Entre os diferentes casos recorrentes no cotidiano, conforme dito no início do texto, faremos uma discussão e análise de um caso de racismo específico, sofrido por uma família de atores famosos. A escolha deveu-se a todas as ressonância que este acontecimento trouxe nas emissoras de TV e na internet, com diferentes posicionamentos de anônimos e famosos; e, principalmente, o que mais nos chamou atenção foram as mensagens postadas por estudiosas das relações étnico-raciais, mulheres feministas negras - autoras e ativistas, que seguimos (na condição de praticantes culturais e pesquisadoras do campo da cibercultura e educação) nas suas respectivas redes sociais.

O CASO DA FAMÍLIA EWBANK E GAGLIASSO

No final do mês de julho de 2022, os filhos do referido casal de artistas sofreram ataques de ódio, racismo cotidiano, em uma praia em Portugal. O discurso de ódio foi proferido por uma mulher branca⁵. O casal abriu um processo contra ela. De acordo a explicação de um dos advogados⁶, dependendo de como a corte portuguesa enquadrar o crime, a acusada pode pegar uma pena de 6 meses a 5 anos de prisão. O caso viralizou na internet durante alguns dias e provocou diferentes reações nas redes sociais e em programas televisivos. Analisando os rastros deixados pelos interagentes em diferentes *espaçostempos* do ciberespaço, principalmente nos perfis do Instagram⁷, chegamos a duas noções subsunçoras⁸ que demonstram o racismo no cotidiano causado pelas

⁵ A mulher que fez o ataque racista foi presa (após Bruno chamar a polícia) e logo depois foi solta.

⁶ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/08/01/ficar-calado-e-ser-cumprido-denuncie-diz-bruno-gagliasso-sobre-ofensas-racistas-a-seus-filhos-em-portugal.ghtml>

⁷ A descrição do caso está presente na seção sobre noções subsunçoras. Por esse motivo, para que não ficasse repetitivo, optamos por não o descrever nessa seção.

⁸ “[...] As noções subsunçoras são as categorias analíticas -, que irão abrigar sistematicamente os subconjuntos das informações, dando-lhes feição mais organizada em termos de um *corpus* analítico escrito de forma clara” (MACEDO, 2006, p.138).

práticas da branquitude e seus respectivos desdobramentos, a saber: a supremacia branca e o colonialismo e o privilégio das pessoas brancas.

A supremacia branca e o colonialismo

Protegidas pelos privilégios historicamente acumulados e justificados por uma narrativa de meritocracia, as pessoas que fenotipicamente são identificadas como “brancas” são poupadas de lutas e desafios que compõem o cotidiano dos considerados “diferentes” por essa perspectiva de demarcação de diferença. Desde a mais tenra idade as crianças não brancas são forçadas a lidar com a falta material e afetiva, a violência de diferentes ordens e a omissão das políticas públicas quanto às suas necessidades. Em contraponto, as crianças tidas como brancas são protegidas por toda uma estrutura material e simbólica que reconhece sua condição de ser em formação, carente de proteção e suporte.

Esta situação se repete no decorrer da vida do indivíduo não branco, tendo condições básicas de dignidade e cidadania negadas por diversas formas, institucionais e simbólicas, em uma rede sistêmica e estrutural que perpetua a desigualdade e as justificativas para esta. No Brasil, a desigualdade de acesso aos bens culturais e econômicos e aos espaços de poder e decisão está associada à diversidade étnico-racial, com origem na estrutura escravista que se justificava por uma pressuposição de “natural inferioridade” dos povos não europeus (SALES, 2016, p.362). Silvio Almeida aponta que

[...] muitas explicações sobre o racismo afirmam a existência de uma supremacia branca, [...] definida como a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. Essa dominação resulta de um sistema que por seu próprio modo de funcionamento atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas (ALMEIDA, 2020, p.74).

Essa compreensão epistemológica nos permite reconhecer como a construção histórica de instituições e sociedades se deu invisibilizando a

contribuição das pessoas negras. Cida Bento (2022) denuncia o quanto as instituições - públicas ou privadas, assim como a sociedade civil, definem, regulamentam e transmitem um *modus operandi* homogêneo e uniforme nos processos, ferramentas e sistema de valores. Esse é o fenômeno nomeado de “branquitude”, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (BENTO,2022).

Almeida (2020) não nega que uma das características do racismo é a dominação de um grupo racial sobre outro, mas alerta que o que importa é saber como e em que circunstâncias tal dominação acontece. Ele apresenta a supremacia branca como ponto fundamental para compreensão do racismo, quando tratada à luz do conceito de hegemonia e analisada a partir das teorias críticas da branquitude. Fundamentado em estudiosos dessas teorias, o autor apresenta a branquitude como:

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (ALMEIDA, 2020, p. 75).

Apesar do termo *raça* ter perdido a acepção biológica que construiu e justificou a inferiorização dos povos africanos e seus descendentes, é necessário reconhecer que ele mantém uma acepção funcional ao se constituir como base de um marcador de diferença social. “Esse processo mobiliza elementos fenotípicos e caracteres adscritos gerando uma subjetividade realisticamente concreta que atravessa as relações sociais.” (CRUZ,2020,p.128).

O vídeo em que a atriz Giovanna Ewbank defende seus filhos de uma violência racista circulou em diferentes espaços. Segundo informações disponibilizadas em diferentes *sites*, a exemplo do G1, e nos relatos de Bruno e Giovana, a criminosa gritava para que tanto os filhos do casal quanto os turistas angolanos que estavam no local saíssem dali e voltassem para a África, além de chamá-los de “imundos”, entre outras ofensas. Kilomba(2019) destaca

que esses ataques diários carregam consigo o ódio racial colonial que perdura até os dias atuais, enunciando o ódio que racistas nutrem contra o povo negro. Esses discursos/insultos/palavras nos remetem ao que a autora observa quanto ao uso da palavra “negro” no sentido pejorativo, feito estrategicamente para provocar sentimentos de perda, inferioridade e submissão diante das pessoas brancas que fazem esse uso.

A partir das análises de Kilomba (2019) em relação a casos de racismo, podemos inferir que, quando são insultadas, as pessoas pretas estão sendo colocadas em uma cena colonial, reafirmando uma relação entre brancas/os e negras/os que está enraizada em uma dicotomia entre senhor e escravizado. O momento em que a mulher branca vocifera que eles deveriam voltar para a África, que ali não era o lugar apropriado para elas, um momento de surpresa e dor, nos remete para a descrição que Kilomba faz do racismo cotidiano como uma *mise-en-scène*, “onde pessoas brancas, de repente, se tornam sinhas/senhores simbólicas/os e negras/os através do insulto e da humilhação tornam-se escravizadas/os figurativas/os” (KILOMBA, 2019, p.157).

Os diferentes casos de atitudes racistas que marcam cotidianamente a rotina da sociedade ocidental contemporânea, agora com registros em imagens, vídeos e sons que circulam nas redes, demonstram a perpetuação de uma ideologia de supremacia de uns (brancos) sobre outros (não brancos), que justificaria atitudes de violência e humilhação de seres humanos.

Como explica Kilomba (2019, p.75 e 76), no racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características, a saber: a construção da diferença, as diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos e ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. Quanto à primeira característica, Kilomba afirma que “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação”.

Em relação à segunda característica, Kilomba (2019) sinaliza que “não só o indivíduo é visto como ‘diferente’, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade” (p.75). Para a autora, tais

valores seguem uma hierarquia e se naturalizam, se aplicando a todos os membros do mesmo grupo, criando estereótipos, no momento em que “chegam a ser vistas/os como ‘a/o problemática/o’, ‘a/o difícil’, ‘a/o perigosa/o’, ‘a/o preguiçoso’, ‘a/o exótica/o’, ‘a/o colorida/o’ e a/o ‘incomum’” (p.78), formando o que se conhece como preconceito. O que Kilomba quer nos mostrar é que o racismo é formado pela junção do preconceito com o poder (a supremacia branca).

O privilégio de pessoas brancas

No último domingo de julho (dia 31), o casal envolvido no ataque racista foi entrevistado no programa *Fantástico* da Rede Globo de Televisão e narrou o ocorrido. Um dos pontos que mais chamaram a atenção na fala de Giovanna Ewbank e que serve como reflexão, para além da atitude criminosa da agressora, é o privilégio de pessoas brancas e das amarras e dificuldades de pessoas pretas se defenderem e se manifestarem contra as ofensas de pessoas brancas, o que pode ser visto no trecho a seguir, que foi transcrito e publicado no site do G1:

Acho que ela nunca esperava que uma mulher branca fosse combatê-la como eu fui, daquela maneira. Eu sei que eu, como mulher branca, indo lá confrontá-la, a minha fala vai ser validada. Eu não vou sair como a louca, a raivosa, como acontece com tantas outras mães pretas, que são leões todos os dias, assim como eu fui nesse episódio (EWBANK,2022).

Essa atitude de Giovanna Ewbank e sua constatação sobre seus privilégios de mulher branca na defesa de seus filhos pretos repercutiram bastante nas redes, provocando reflexões e diálogos os mais diversos. Entre elas, destacamos a de Cris Guterres, apresentadora do programa *Estação Livre* da TV Cultura e colunista de *Universa*, mulher negra e mãe de um filho também negro. Guterres disse ao *Universa Uol*⁹, que, “ao contrário da Giovanna, nunca poderia ter uma

⁹ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/31/racismo-nao-me-permite-ter-reacao-de-giovanna-diz-colunista-de-universa.htm?cmpid=copiaecola>

reação tão forte frente a ataques raciais, pois o racismo estrutural não permite.

Em vez de só defender seu filho, ela diz, possivelmente os dois acabariam detidos se agredissem uma pessoa branca que teve uma atitude racista com eles....” Em seu Instagram, @crisgutierres, ela faz uma crítica às manifestações das pessoas em relação ao caso aqui em análise e à desatenção a pessoas pretas e pobres que passam pela mesma situação: “Quando uma mãe preta denunciou que a escola vestiu seu filho de macaco vocês não fizeram homenagem a bravura dela. Parem de reforçar o racismo. De nada”.

Nessa mesma direção, no já referido programa *Fantástico*, no momento da entrevista do casal, houve uma participação de Carla Akotirene (doutora em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos da UFBA). Maria Júlia Coutinho perguntou a ela se essa atenção toda seria dada se o mesmo caso tivesse ocorrido com pais pretos de crianças pretas. Akotirene respondeu que “diariamente, homens negros e mulheres negras, que são chefes de família, tentam defender seus filhos e, ainda assim, são criminalizados”.

A ativista, professora e pesquisadora Bárbara Carine da UFBA assim se manifesta em seu Instagram¹⁰, sobre o caso de racismo aqui estudado: “Gio, enquanto mãe branca de crianças pretas gozou do privilégio de fazer o que mães pretas quando fazem, não são taxadas como loucas, raivosas, excessivas, mas que podem implicar na perda de suas liberdades e até suas próprias vidas”. Ressalta que o privilégio branco garante a sua própria manutenção. Para ela, o que vimos foi:

o privilégio branco de uma mulher branca antirracista sendo engolido pelo privilégio branco de uma mulher branca racista, quando no dia seguinte a branca é liberada. (Sim, branco antirracista. Ao se colocar ao nosso lado, você vai passar a experienciar desse senso de impunidade). É a autofagia da branquitude. Em uma dimensão da sua existência você se coloca

¹⁰ Fonte: Perfil Instagram: @uma_intelectual_diferentona. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CgtyfyDgmd7/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em 01 de agosto 2022

contra o seu próprio sistema e você sofrerá os reflexos disso.
(PINHEIRO, 2022, online).

Escritoras, jornalistas, pesquisadoras, mulheres negras denunciaram veementemente a incoerência de uma sociedade que se indigna com um caso de racismo e se solidariza com os pais das crianças vitimadas, de forma desproporcional à de tantas outras situações fartamente conhecidas de todos. A denúncia feita neste caso é do quanto a própria indignação e solidariedade são seletivas, uma vez que se dirigem a uma situação vivida por um casal famoso e branco. Essas mulheres pautam também o quanto se sentem desprovidas de estruturas de apoio que lhes permitam agir do mesmo modo que agiu a Giovanna, por ser uma mulher branca.

Acusações de “vitimismo” ou mesmo a interpretação da reação da vítima como ato de violência contra aquele que é verdadeiramente seu algoz, são possibilidades concretas e já vivenciadas por tantos pais negros ao defenderem seus filhos. Houve várias mensagens no Instagram e demais redes sociais de apoio à família, muitos intelectuais que estudam o assunto se manifestaram. Entre eles, Carla Akotirene fez uma postagem antes de aparecer no Fantástico:

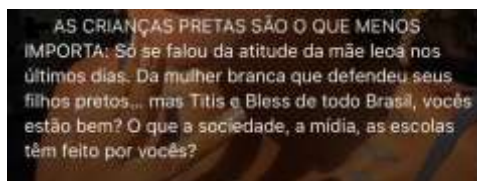
1- Imagem: Comentários sobre o caso - Carla Akotirene



Reconhecendo que a educação formal sustenta a reprodução social do etnocentrismo, que por sua vez promove a exclusão sociorracial de grupos específicos, urge “admitir que as discriminações, os preconceitos, estereótipos e representações sociais imputadas aos que não herdaram o capital cultural europeu, notadamente negros e índios, têm na educação formal um locus de reprodução ou resistência” (SALES, 2016, p. 371). É partindo dessa compreensão que apontamos a seguir caminhos possíveis para uma luta antirracista tendo na educação o *locus* privilegiado de atuação/transformação.

PROPOSTAS E CAMINHOS POSSÍVEIS: POR UMA LUTA ANTIRRACISTA

2- Imagem: Fala Bárbara Carine¹¹



Como disparador para o apontamento de caminhos possíveis para a luta antirracista, fizemos um recorte do *post* de Bárbara Carine em seu Instagram, quando Carine questiona o que a sociedade, a mídia e as escolas têm feito pelas crianças pretas (imagem acima). Não tendo condição de responder totalmente à provocação, considerando o escopo do artigo e nosso interesse maior, enquanto educadoras, vamos tentar trazer alguns caminhos possíveis que podem ser trilhados nas instituições educacionais, em diferentes níveis de ensino, a partir de proposições de estudiosas das relações étnico-raciais. Tais proposições formativas devem ter dois propósitos: propor ações concretas de adoção de práticas antirracistas e de preparação das crianças, especialmente as negras, para o enfrentamento do racismo cotidiano, que, certamente, ainda está longe de ser vencido.

¹¹ Fonte: perfil no Instagram: uma-intelectual_diferentona. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CgtyfyDgmd7/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em 01 de agosto 2022.

Em uma ampla revisão realizada por Petronilha (2018) em publicações da área de educação do período compreendido entre os anos de 2003 a 2014 que tratam do tema educação das relações étnico-raciais em instituições educacionais, esta autora aponta considerações extremamente relevantes, que sistematizam os resultados de pesquisas da área e apontam caminhos específicos de superação do racismo através da educação. Destacamos a constatação de que o “silenciamento” é a ação utilizada mais comumente por professores, equipe pedagógica e direção para combater o racismo nas escolas, não intervindo nos conflitos e agressões e orientando as crianças hostilizadas à ignorar a discriminação sofrida, ampliando assim a baixa estima destas crianças e seu sofrimento, promovendo “segregação e pouca convivência entre crianças negras e não negras” (PETRONILHA, 2018,p.131).

Ribeiro (2019) chama a atenção que esse debate deve envolver todas as pessoas, afirmando que o racismo foi inventado pela branquitude e que, portanto, deve responder por ELE. Entre as recomendações de Ribeiro, destacamos as seguintes: todos e todas devem se informar sobre o racismo; reconhecer os privilégios brancos, perceber o racismo que está internalizado em cada um e cada uma, apoiar políticas educacionais afirmativas, ler autores negros, enxergar a negritude.

O mito da democracia racial e a experiência da colonialidade do ser estruturam as relações sociais no cotidiano brasileiro, conectando-se fortemente com os processos educacionais. Ao não branco são negadas suas capacidades cognitivas, autoridade política, ocupação de certos espaços, enfim, um lugar de “não ser”, de herança escravagista que não conseguiu superar. A maioria de brancos (ou dos que incorporam a “branquitude”) não assume essas visões, negando a existência dessa desumanização de negros e negras (OLIVEIRA, 2020). Esse quadro se agravou sobremaneira nos últimos tempos com a ascensão do pensamento neoconservador fascista, reproduzindo a acusação de “vitimismo”. Precisamos nomear claramente esse discurso acusatório como o que ele significa: uma militância, um engajamento político que “não é novidade histórica, a diferença é a intensidade legitimada

oficialmente pelo chefe de governo e pela conjuntura de guerrilha implementada pelo neoconservadorismo fascista” (OLIVEIRA,2020,p.12 e 13).

Reconhecemos a educação como um campo central da luta antirracista. Enquanto formadora, a escola vem historicamente reproduzindo valores hegemônicos para a compreensão de mundo, em cada contexto local e historicamente situado.

Mais do que uma tarefa acadêmica, analítica e descritiva, o que se coloca para um conjunto significativo de militantes, docentes, estudantes e intelectuais negros e não negros, é uma tarefa política de insurgência permanente na realidade educacional brasileira e, aqui, tentamos arriscar três níveis de intervenção insurgente: nas escolas junto aos docentes, as crianças e aos jovens; nas universidades junto aos jovens e na militância política comunitária cotidiana (OLIVEIRA, 2020, p. 17).

Toda ação pedagógica é política, já nos disse Freire (1979); e cumpre-nos assumir esse lugar de protagonismo na construção da transformação que almejamos, por uma sociedade de seres humanos diversos e singulares, plenos de sua humanidade e respeitados em sua potência e perspectiva de vida/mundo/sociedade. Não é tarefa fácil, nunca o foi, mas sabemos não existir a opção pela neutralidade no campo da educação. Como um campo que forma consciências, que constrói conhecimentos, que pauta concepções e perspectivas de mundo, ou reproduzimos as condições de desigualdade e exploração de uns sobre os outros, ou trabalhamos pela garantia do respeito à humanidade que nos constitui, iguais em nossas diferenças.

Voltando às propostas para uma educação antirracista, Oliveira (2020,p.18 e 19) indica três focos de trabalho:

1. Com os docentes - o trabalho político de aprender/educar/transformar é viver junto/com e a partir deles os desafios permanentes do fazer educativo, estando também presentes em suas lutas por direitos e dignidade profissional, ao lado/com suas mais legítimas demandas sociais.

2. Com as crianças - o saber cuidar, proteger e defender suas vidas. Aqui o foco político, numa perspectiva antirracista, está nas crianças mais vulneráveis e negras. Investir nossas energias pedagógicas na defesa intransigente dos direitos delas, combater toda a forma de violência, racismo e exclusões. O exemplo ético e político deve permear todas as nossas ações pedagógicas.
3. Com os jovens - além do exemplo ético-político, a sensibilidade de aprender com eles. Destes podem partir ideias de autogestão, de questionamento das hierarquias estabelecidas pelos adultos e de criação de novas formas de organização coletiva e simbólica.

Defendemos aqui que reside na construção de conhecimento a fonte dos estigmas, preconceitos e crenças que balizam as estruturas sociais. Enquanto espaços de produção do saber, as universidades precisam assumir o papel histórico-político da insurgência, do rompimento das amarras que nos prendem a um contexto de desigualdade e opressão, constituindo uma nova episteme, da convivência entre iguais, plenos em seus direitos de dignidade, de pertencimento étnico, cultural, histórico, político.

Enquanto intelectual transformador e autor do currículo, o docente tem um papel central na construção/desconstrução/ressignificação de valores e princípios de vida. O educador forma consciências, orienta parâmetros e formas de convivência, pauta visões de mundo. Por todo o exposto, destacamos o papel crucial dos processos formativos de professores/pesquisadores para a implementação/fortalecimento de uma educação antirracista, seja nos espaços físicos ou virtuais.

Há muito por fazer e os caminhos são diversos. Juntamo-nos aqui a tantos outros pesquisadores na área que buscam contribuir com a construção desses passos, reafirmando nosso compromisso ético e político com essa construção que se faz urgente, com o resgate dessa dívida histórica que a sociedade brasileira acumula com o povo negro, às custas da sua exclusão e do seu extermínio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. *Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas*. In: OLIVEIRA, Inês B.; ALVES, Nilda (org.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et alii, 2008. p.15-38.

ALVES, Nilda. Redes educativas “dentrofora” das escolas, exemplificadas pela formação de professores. In: DALBEN, Angela et al. (org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 49-66.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria do ator-rede. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 681-704, set./dez. 2012.

Disponível em:<

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893/8601> > Acesso set. 2022.

BURNHAM, Teresinha Fróes. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: *LUBISCO*, Nédia M. L.; BRANDÃO, Lídia M. B. (org.). *Informação & Informática*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 283-307.

CRUZ, Cristina. Apontamentos e bases epistemológicas entre formação docente e currículo: desafios contemporâneos para uma educação antirracista. *Revista da ABPN*, v. 12, nº 32, p 120-139, mar-maio 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LE MOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo. *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LE MOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação*. Brasília: Liber Livro, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Entrevista. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 26/02/2023. Disponível

em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga.shtml?pwgt=kw7iri0l5sre2t926d2wi74jrry4hdkir3va4hvveundxl36&origem=folha>> Acesso em 20 fev. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 32, p. 11-29, mar-maio 2020.

PETRONILHA Beatriz Gonçalves e Silva . Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, fev. 2016.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/M6GkRJnssG5zh65pVBVn7vd/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em: 26 out. 2022.

SALES, Kathia M. B. Pedagogia na diversidade: o multiculturalismo no currículo da formação em pedagogia. In: GALEFFI, Dante; TOURINHO, Maria Antonieta; SÁ, Maria Roseli (org.). *Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação*. Salvador: EdUNEB, 2016.

SANTOS, Edméa. Pesquisando com a mobilidade ubíqua em redes sociais da internet: um case com o Twitter. *ComCiência-Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, n. 139, online, jun. 2012. Disponível em: <<https://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=74&id=932&print=true>>. Acesso em: 21 set. 2022.

_____. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Santo Tirso, Portugal: Ed. Whitebooks, 2014.

_____. A Cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral; SILVA, Marco (org.). *Práticas pedagógicas, linguagens e mídias: desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011a. Disponível em: <<http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/ebook1.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

_____. O currículo multirreferencial: outros espaços tempos para a educação online. *Boletim Cibercultura: o que muda na educação: Programa Salto para o Futuro*, TV Brasil, ano 21, n. 3, abr. 2011b. Disponível em: <

<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/212448cibercultura.pdf> >. Acesso em: 6 ago. 2011.

_____. *Escrevivências ciberfeministas e ciberdocentes: narrativas de uma mulher durante a pandemia covid-19*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2022.

SEGATA, Jean. A inventividade da rede. *Rastros*. v. XVI, n. 2, p. 139-149, 2013.

_____. Dos cibernautas às redes. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. p. 91-114.

_____. A pandemia e o digital. *Revista Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 7-15, dez/2020. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218973/001123389.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Marco. Formação de professores para docência na sala de aula híbrida. *Revista de Educação Pública*, v. 31, p. 1-17, 2022.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. 2. ed. Quartet: Rio de Janeiro, 2000.

TRINDADE, Luiz Valério. *Discurso de ódio nas redes sociais*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

VELOSO, Maristela. Midlej S. de A.; BONILLA, Maria Helena. S. O jornal de pesquisa e o diário de campo como dispositivos da pesquisa-formação. *educação, [S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 47-58, 2017. DOI: 10.17564/2316-3828.2017v6n1p47-58. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4508>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Recebido em: 11/11/2022

Aprovado em: 15/05/2023

Publicado em: 16/05/2023